



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESESTATIZAÇÃO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS – PL 9.643/2018

REQUERIMENTO N. _____, DE 2018 (Do Dep. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Especial de Desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás- PL 9.643/2018 para discutir sobre a situação da Eletrobrás.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 24, III, e 255 do Regimento Interno, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública, em data a ser agendada, para discutir o **Projeto de Lei nº 9.643/2018**, sobre a atual situação do Municípios do Estado do Pará impactados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, cujas indenizações e compensações ainda estão pendentes.

Para a ocasião, sugerimos os seguintes convidados:

1. **Sr. Benedito Navegantes** – Prefeito do Município de Tucuruí;
2. **Sr. Francisco Garces Costa** – Prefeito do Município de Breu Branco;
3. **Sr. José Ribamar Ferreira Lima** – Prefeito do Município de Goianésia do Pará;
4. **Sr. Ismael Gonçalves Barbosa** – Prefeito do Município de Jacundá;
5. **Sra. Maria da Graça Medeiros Matos** – Prefeita do Município de Nova Ipixuna;
6. **Sr. José Milesi** – Prefeito do Município de Itupiranga;
7. **Sr. Deusivaldo Silva Pimentel** – Prefeito do Município de Novo Repartimento;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

8. **Sr. Pedro Patrício de Medeiros** – Prefeito do Município de São Domingos do Araguaia e Presidente da AMATCarajás.

JUSTIFICAÇÃO

Nesse processo de desestatização também é necessário reconhecer ações judiciais pendentes sobre a situação da região norte, notadamente os Municípios impactados pela instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Trata-se de um assunto que se arrasta por mais de 20 anos na Justiça Federal e Estadual.

Os Municípios impactados são representados pela AMATCarajás. Trata-se de uma associação que representa os 38 (trinta e oito) Municípios das regiões sul e sudeste do Pará.

Portanto, tendo em vista o longo processo de negociação de indenizações – inclusive judicial – entre municípios, comunidades ribeirinhas e proprietários de áreas atingidas pelas obras da UHE com a Eletronorte, ainda não resolvidos, viemos requerer apoio dos nobres pares para a aprovação de requerimento de realização de **audiência pública**, para debater as referidas indenizações.

Sala das Comissões, em de de 2018.

Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)
PPS/PA